

61

Classificado de acordo com o art. 158
de Resolução 581 1972 Subsecretaria
de Arquivo, 16 de outubro de 1989
Valmir Oliveira
Chefe da Seção de Arquivo de Proposições



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

N.º 61, DE 1989

(Mensagem nº 105, de 14.03.89, na origem)

EMENTA: Do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Dr. JOSÉ PAULO SEPÚLVEDA PERTENCE, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Oscar Dias Correia.

Mensagem nº 61, de 1989

MENSAGEM Nº 105

A Comissão de Constituição e Justiça.

Em 14.3.89

Antônio Luiz Maya

SENADOR ANTONIO LUIZ MAYA

SUPLENTE

APROVADO

03/05/89

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO SENADO FEDERAL:

SENADOR POMPEU DE SOUSA

3.º SECRETÁRIO

Nos termos do artigo 52, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à consideração do Senado Federal o nome do Doutor JOSÉ PAULO SEPÚLVEDA PERTENCE, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Oscar Dias Correia.

Os méritos do Senhor José Paulo Sepúlveda Pertence, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam do anexo "Curriculum Vitae".

Brasília, em 14 de março de 1989.

Im. Lamey

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
Mensagem

61/89

Fls. 01



CURRICULUM VITAE

JOSÉ PAULO SEPÚLVEDA PERTENCE

I

DADOS PESSOAIS

Nascido em Sabará, Minas Gerais, em 21 de novembro de 1937;
filho de José Pertence (engenheiro) e Carmen Sepúlveda Pertence,
falecidos;
casado com Suely Castello Branco Pertence;
três filhos: Pedro Paulo, Evandro Luís e Eduardo José Castello
Branco Pertence.

II

CURSOS

Curso secundário (ginasial e clássico), no Colégio Estadual de
Minas Gerais, de 1949 a 1955;

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mi-
nas Gerais, em 1960.

Curso de mestrado, na Universidade de Brasília (obtidos os crédi-
tos e aprovado o plano da dissertação de mestrado, não a apresentou, em
virtude da demissão).

III

MOVIMENTO ESTUDANTIL

Durante o curso secundário e o bacharelado, dedicou-se intensa-
mente ao movimento estudantil, ocupando postos de representação e de dire-
ção em diversas entidades secundaristas e universitárias;

foi Primeiro Vice-Presidente da UNE - União Nacional dos Estudan-
tes (1959/1960).

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
Mensagem 6189
Fls. 02

IV
PREMIAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Laureado em 1960 com a **Medalha Rio Branco**, destinada ao melhor estudante de sua turma de bacharelado, além de diversos outros prêmios correspondentes a disciplinas específicas do curso.

V
DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

Foi instrutor e professor auxiliar, na Universidade de Brasília, da abertura dos cursos, em abril de 1962, até outubro de 1965, quando dispensado; reintegrado, em 1985, por força da anistia, está licenciado.

De 1962 a 1965, na Universidade de Brasília, participou, como auxiliar docente, dos cursos de **Introdução à Ciência do Direito**, dirigido pelo Professor Hermes Lima e A.L.Machado Neto; **Direito Constitucional**, de responsabilidade dos Professores Victor Nunes Leal e Waldir Pires e **Direito Penal**, sob a direção do professor Roberto Lyra Filho; quando dispensado, em 1965, ministrava, como responsável, o primeiro curso de **Teoria Geral do Direito Público**.

Em 1973, lecionou **Teoria Geral do Processo**, no Curso de Direito da UDF (Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal).

Em 1986, anistiado, foi reintegrado ao corpo docente da Universidade de Brasília, na posição de Professor Adjunto, estando licenciado.

VI
CONCURSOS

Aprovado e classificado em primeiro lugar, no concurso público para o Ministério Público do Distrito Federal, em setembro de 1963;

classificado em primeiro lugar, em 1969, nas provas escritas para Procurador Adjunto do Tribunal de Contas do Distrito Federal, dele desistiu, em razão de sua aposentadoria, fundada no Ato Institucional nº 5.


LEGISLATIVO FEDERAL
Protocolo Legislativo
Mensagem
nº 03


VII
CARGOS PÚBLICOS

Assistente Jurídico da Prefeitura do Distrito Federal (1961);
membro do Ministério Público do Distrito Federal, de 1963 a outubro de 1969, quando aposentado pela Junta Militar, com base no Ato Institucional nº 5 (anistiado, foi promovido, na inatividade, a Procurador de Justiça do Distrito Federal);

Secretário Jurídico no Supremo Tribunal Federal (gabinete do Ministro Evandro Lins e Silva), de 1965 a 1967.

VIII
ADVOCACIA

Após a prática como solicitador, no foro de Belo Horizonte (1959/1960),

iniciou a advocacia, em Brasília, em 1961 (com interrupção de 1963 a 1967);

em 1969, é fundada, com o Ministro Victor Nunes Leal, que então fora aposentado no Supremo Tribunal Federal, e os advogados Cláudio Lacombe, José Guilherme Villela e Pedro Gordilho, a Sociedade de Advogados Nunes Leal, em Brasília;

de 1969 a 1985, dedica-se integralmente à advocacia, não apenas em Brasília, mas também no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais, nos diversos escritórios fundados pelo Ministro Victor Nunes Leal.

IX
O.A.B.

Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção no Distrito Federal, de 1969 a 1975;

membro do Conselho Federal da OAB, delegado do Distrito Federal, de 1977 a 1985;

Vice-Presidente da OAB (Conselho Federal), de 1979 a 1981.

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
Monsenhor 61/85
Fls. 04

X
SITUAÇÃO ATUAL

É o Procurador-Geral da República, nomeado em 15 de março de 1985.

Exerce cumulativamente, nos termos da lei, as funções de Procurador-Geral Eleitoral e de membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

XI
COLABORAÇÃO À CONSTITUINTE

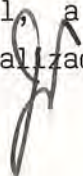
Membro da **Comissão Provisória de Estudos Constitucionais** (Comissão **Afonso Arinos**) e, nela, relator dos textos relativos ao Poder Judiciário e ao Ministério Público e integrante da comissão de sistematização final;

- na **Assembléia Nacional Constituinte**, como convidado, prestou depoimento na Subcomissão de Garantias da Constituição.

XII
BANCAS EXAMINADORAS

Compôs a banca examinadora, como representante da OAB, dos concursos públicos de provas e títulos para

- Juiz Federal dos Territórios (1974/1975);
- Juiz substituto do Distrito Federal (1978);
- Procurador da República (1978/1979);
- Juiz Federal, em 1982;
- Juiz Federal, em 1983/1984;
- presidiu, como Procurador-Geral, a Comissão Examinadora dos concursos para Procurador da República, realizados em 1986 e 1988.


SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
Mensagem 6189
Fls. 05

XIII
TRABALHOS JURÍDICOS PUBLICADOS

Tem trabalhos publicados, entre os quais:

- **Da Competência na Teoria do Ordenamento Jurídico** (mimeo, UNE, 1965);
- **Contribuição à Teoria do Distrito Federal** (Doutrina e Jurisprudência, Rev. do TJDF, nº 2/17; e Rev. Forense, 224/365);
- **Liberdade e Direito de Asilo** (Anais da VIII Conferência Nacional da OAB);
- **A OAB e a Anistia** (Parecer da OAB, 1979, Em Anistia, Senado Federal, 1980, 2º Vol.);
- **A OAB e a Proposta de Emenda Constitucional** (Emenda nº 11/84), OAB, 1984;
- **Victor Nunes Leal** (homenagem póstuma no STF), Revista de Direito Público, 77/21);
- **A Crise Institucional Brasileira** (painel com os Professores J.J. Calmon dos Passos e Celso Antonio Bandeira de Mello), OAB-RJ, 1984;
- **Princípio da maioria absoluta** (art. 75 CF). Eleições de Governadores e Prefeitos, parecer, Cadernos de Direito Constitucional e Eleitoral, v. 1/115;
- **Inelegibilidade. Crime contra a administração pública. Prescrição retroativa**, Cadernos de Direito Constitucional e Eleitoral, v. 1/115;
- **Propaganda Eleitoral. Isonomia**, parecer, Cadernos de Direito Constitucional e Eleitoral, v. 3/48;
- **Pareceres do Procurador-Geral da República** (1985/1987), Ministério da Justiça - DIN, Brasília, 1988, 601 pgs.


SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
Mensagem 6189
Fls. 06

XIV
CONFERÊNCIAS E PALESTRAS

Contam-se, entre as conferências e palestras proferidas e as intervenções em painéis e seminários, as seguintes:

- **Liberdade e Direito de Asilo** (defesa de tese), VIII Conferência Nacional da OAB, Manaus, 18 a 22/05/1980;
- **Estado de Direito Democrático e Constituinte**, Chapecó, Encontro dos Advogados de Santa Catarina, agosto de 1980;
- **Anistia e democratização**. Centro Acadêmico Hugo Simas - Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, Curitiba, 1979;
- **Os Territórios na estrutura constitucional brasileira**, Boa Vista, Roraima, 1980;
- **Assembléia Constituinte ou Reforma Constitucional** (debate com o Deputado Bonifácio de Andrada), OAB/GO (Semana da Constituinte), 1982;
- **O Compromisso Político dos Advogados**, Congresso Nehemias Gueiros, OAB/RJ, Rio, 1983;
- **O Problema do ensino jurídico**, Centro Acadêmico Afonso Pena, Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983;
- **A Crise Institucional Brasileira** (painel com os Professores J.J. Calmon de Passos e Celso Antonio Bandeira de Mello,), OAB-RJ 1984;
- **A Soberania Nacional no Contexto Internacional**, presidência de painel do Congresso Nacional dos Advogados Pro-Constituinte, OAB, São Paulo, 02.08.1983;
- **O Advogado e a Defesa dos Direitos Sociais**, XII Encontro dos Advogados de Pernambuco, Recife, 11.11.1983;
- **A Advocacia na Conjuntura da Crise Institucional Brasileira**, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 16.03.1984;
- **O Ministério Público**, Escola Superior de Guerra, Rio, 30.05.1985;
- **Atualidades e perspectivas constitucionais do Ministério Público**, conferência inaugural da Escola Superior de Aperfeiçoamento do Ministério Público de Santa Catarina, Florianópolis, 17.06.1985;
- **A Nova República e suas relações com os empresários**, seminário do Encontro de Empresários, Fundação Dom Cabral (Universidade Católica de Minas Gerais), 11.07.1985;



SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
Mensagem 6189
Fls. 07



- O Bacharel em Direito: formação e perspectivas profissionais, Universidade Gama Filho, Rio, 30.08.1985;

- O MP e a Criminalidade Econômica, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 06.09.1985;

- OAB, Sociedade Civil e Processo de Democratização, Reunião dos Presidentes da OAB, Maceió, 16.03.1984;

- A advocacia em tempo de crise, II Encontro dos Advogados do Estado de São Paulo, OAB/SP, 04.09.1984;

- Constituição e Constituinte, Escola Superior de Guerra, Rio, 09.06.1986;

- Constituinte e Poder Judiciário (painel com o Ministro Miguel Seabra Fagundes), Semana da constituinte, OAB/Paraíba, Campina Grande, 1986;

- A representação por inconstitucionalidade, Escola Superior de Advocacia da OAB/RS, Porto Alegre, abril de 1986;

- A democratização do Poder Judiciário, Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 06.04.1987;

- O controle de constitucionalidade das leis, Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, Rio, 24.07.1987;

- A Corte Constitucional no Brasil: avanço ou retrocesso, Ciclo de Estudos do Governo da Paraíba, João Pessoa, 1987;

- Perspectivas do controle de constitucionalidade no Brasil, Ciclo de Estudos da Secretaria de Justiça do Estado do Maranhão, São Luis, 21.11.1987;

- Inovações do sistema brasileiro de controle da constitucionalidade, Semana do Advogado, OAB-MG, Belo Horizonte, 11.08.1988;

- Em defesa do sistema misto de controle da constitucionalidade no Brasil, Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e Instituto dos Advogados do Paraná, Curitiba, 1988;

- O Ministério Público, II Forum Jurídico Brasileiro, Fundação Dom Cabral (Universidade Católica de Minas Gerais), Belo Horizonte, 20.09.1988;

- O Estado-membro na nova Constituição, Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, 18.11.1988;

- "A criminalidade econômica e financeira", palestra em seminário sobre o mercado de capitais para magistratura e membros do Ministério Público, patrocinados pela comissão Nacional das Bolsas de Valores-CNVB, Brasília, São paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, 1985/1987;

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
Mensagem
n.º 08
6/89

- Judiciário, Ministério Público e Advocacia, painel, Semana da Constituição, OAB/Pi, Terezina, 21.10.1988.

XV

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

- Representação do Brasil no "Convegno Internazionale" sobre "L'Avvocatura nel principali ordinamenti contemporanei", patrocinado pela "Avvocatura Generale dello Stato" da Republica Italiana, em Roma, maio de 1987,

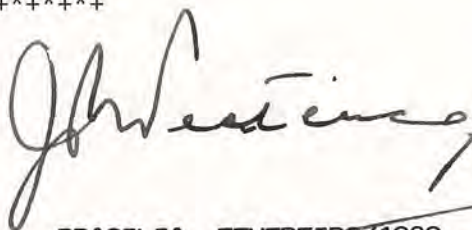
- onde apresentou comunicação sobre Il Sistema Brasiliano del Controllo della Costituzionalità delle Leggi": una Simbiosi Istituzionale da Preservare".

XVI

CONDECORAÇÕES

- Ordem de Rio Branco (Grã Cruz);
- Ordem do Mérito das Forças armadas (Grande Oficial);
- Ordem do Mérito Aeronáutico (Grande Oficial);
- Medalha da Inconfidência (Grã Cruz);
- Ordem do Mérito de Brasília (Grã Cruz);
- Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (Grã Cruz)

+++++



BRASILIA, FEVEREIRO/1989.

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
Mensagem 6169
Fls. 03



Aviso nº 119 -SAP.

Em 14 de março de 1989.

Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a essa Secretaria a Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, na qual submete à consideração do Senado Federal, o nome do Doutor JOSÉ PAULO SEPÚLVEDA PERTENCE, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.


RONALDO COSTA COUTO

Ministro Chefe do Gabinete Civil

A Sua Excelência o Senhor
Senador MENDES CANALE
DD.Primeiro Secretário do Senado Federal
BRASÍLIA (DF).

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
Mensagem 61/89
P. 10 



SENADO FEDERAL

PARECER

N.º

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, sobre a Mensagem nº 61, de 1989, (Mensagem nº 105, de 14.03.89, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal o nome do Dr. JOSÉ PAULO SEPÚLVEDA PERTENCE, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Oscar Dias Correia.

Relator: Senador MAURÍCIO CORREA

O Senhor Presidente da República, com a Mensagem nº 61, de 1989, nos termos do artigo 52, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, submete à consideração do Senado Federal o nome do Doutor José Paulo Sepúlveda Pertence, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Oscar Dias Correia.

Na aludida Mensagem, acompanhada do "Curriculum Vitae", o Senhor Presidente da República enaltece os méritos do indicado, salientando as razões que o induziram à escolha para o desempenho dessa elevada função no Pretório Excelso.

O "Curriculum Vitae" do Dr. José Paulo Sepúlveda Pertence retrata com magnífica fidelidade os ditames constitucionais de notório saber jurídico, de que trata o artigo 101 da Carta Magna. Além disso, o escolhido do Presidente da República satisfaz os demais requisitos preceituados no mencionado texto constitucional, notadamente sua reputação inquestionavelmente ilibada.

Comissão de Constituição e Justiça	
MSF. Nº	061, de 1989
Fis. nºs.	11
ASSINANTE	

A transcrição, na íntegra, do documento anexado à Mensagem Presidencial, certamente persuadirá os Senhores Senadores dos méritos do Doutor José Paulo Sepúlveda Pertence e do providencial acerto de sua escolha.

I

DADOS PESSOAIS

Nascido em Sabará, Minas Gerais, em 21 de novembro de 1937;
filho de José Pertence (engenheiro) e Carmen Sepúlveda Pertence, falecidos;
casado com Suely Castello Branco Pertence;
três filhos: Pedro Paulo, Evandro Luís e Eduardo José Castello Branco Pertence.

II

CURSOS

Curso secundário (ginasial e clássico), no Colégio Estadual de Minas Gerais, de 1949 a 1955;

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1960.

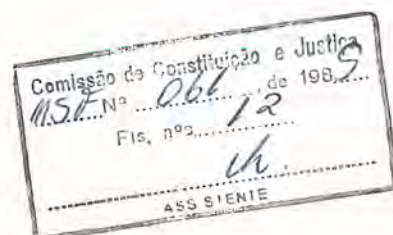
Curso de mestrado, na Universidade de Brasília (obtidos os créditos e aprovado o plano da dissertação de mestrado, não a apresentou, em virtude da demissão).

III

MOVIMENTO ESTUDANTIL

Durante o curso secundário e o bacharelado, dedicou-se intensamente ao movimento estudantil, ocupando postos de representação e de direção em diversas entidades secundaristas e universitárias;

foi Primeiro Vice-Presidente da UNE - União Nacional dos Estudantes (1959/1960).



IV
PREMIAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Laureado em 1960 com a Medalha Rio Branco, destinada ao melhor estudante de sua turma de bacharelado, além de diversos outros prêmios correspondentes a disciplinas específicas do curso.

V
DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

Foi instrutor e professor auxiliar, na Universidade de Brasília, da abertura dos cursos, em abril de 1962, até outubro de 1965, quando dispensado; reintegrado, em 1985, por força da anistia, está licenciado.

De 1962 a 1965, na Universidade de Brasília, participou, como auxiliar docente, dos cursos de **Introdução à Ciência do Direito**, dirigido pelo Professor Hermes Lima e A.L.Machado Neto; **Direito Constitucional**, de responsabilidade dos Professores Victor Nunes Leal e Waldir Pires e **Direito Penal**, sob a direção do professor Roberto Lyra Filho; quando dispensado, em 1965, ministrava, como responsável, o primeiro curso de **Teoria Geral do Direito Público**.

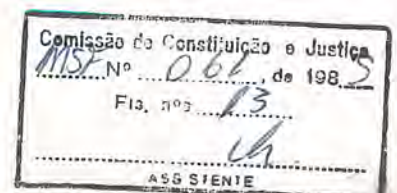
Em 1973, lecionou **Teoria Geral do Processo**, no Curso de Direito da UDF (Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal).

Em 1986, anistiado, foi reintegrado ao corpo docente da Universidade de Brasília, na posição de Professor Adjunto, estando licenciado.

VI
CONCURSOS

Aprovado e classificado em primeiro lugar, no concurso público para o Ministério Público do Distrito Federal, em setembro de 1963;

classificado em primeiro lugar, em 1969, nas provas escritas para Procurador Adjunto do Tribunal de Contas do Distrito Federal, dele desistiu, em razão de sua aposentadoria, fundada no Ato Institucional nº 5.



VII
CARGOS PÚBLICOS

Assistente Jurídico da Prefeitura do Distrito Federal (1961);
membro do Ministério Público do Distrito Federal, de 1963 a outubro de 1969, quando aposentado pela Junta Militar, com base no Ato Institucional nº 5 (anistiado, foi promovido, na inatividade, a Procurador de Justiça do Distrito Federal);

Secretário Jurídico no Supremo Tribunal Federal (gabinete do Ministro Evandro Lins e Silva), de 1965 a 1967.

VIII
ADVOCACIA

Após a prática como solicitador, no foro de Belo Horizonte (1959/1960),

iniciou a advocacia, em Brasília, em 1961 (com interrupção de 1963 a 1967);

em 1969, é fundada, com o Ministro Victor Nunes Leal, que então fora aposentado no Supremo Tribunal Federal, e os advogados Cláudio Lacombe, José Guilherme Villela e Pedro Gordilho, a Sociedade de Advogados Nunes Leal, em Brasília;

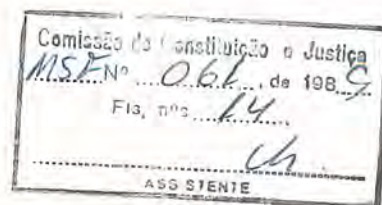
de 1969 a 1985, dedica-se integralmente à advocacia, não apenas em Brasília, mas também no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais, nos diversos escritórios fundados pelo Ministro Victor Nunes Leal.

IX
O.A.B.

Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção no Distrito Federal, de 1969 a 1975;

membro do Conselho Federal da OAB, delegado do Distrito Federal, de 1977 a 1985;

Vice-Presidente da OAB (Conselho Federal), de 1977 a 1981.



X
SITUAÇÃO ATUAL

É o Procurador-Geral da República, nomeado em 15 de março de 1985.

Exerce cumulativamente, nos termos da lei, as funções de Procurador-Geral Eleitoral e de membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

XI
COLABORAÇÃO À CONSTITUINTE

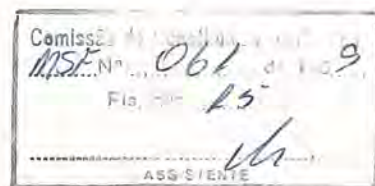
Membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (Comissão Afonso Arinos) e, nela, relator dos textos relativos ao Poder Judiciário e ao Ministério Público e integrante da comissão de sistematização final;

- na Assembleia Nacional Constituinte, como convidado, prestou depoimento na Subcomissão de Garantias da Constituição.

XII
BANCAS EXAMINADORAS

Compôs a banca examinadora, como representante da OAB, dos concursos públicos de provas e títulos para

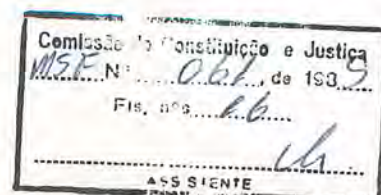
- Juiz Federal dos Territórios (1974/1975);
- Juiz substituto do Distrito Federal (1978);
- Procurador da República (1978/1979);
- Juiz Federal, em 1982;
- Juiz Federal, em 1983/1984;
- presidiu, como Procurador-Geral, a Comissão Examinadora dos concursos para Procurador da República, realizados em 1986 e 1988.



XIII
TRABALHOS JURÍDICOS PUBLICADOS

Tem trabalhos publicados, entre os quais:

- Da Competência na Teoria do Ordenamento Jurídico (mimeo, UNE, 1965);
- Contribuição à Teoria do Distrito Federal (Doutrina e Jurisprudência, Rev. do TJDF, nº 2/17; e Rev. Forense, 224/365);
- Liberdade e Direito de Asilo (Anais da VIII Conferência Nacional da OAB);
- A OAB e a Anistia (Parecer da OAB, 1979, Em Anistia, Senado Federal, 1980, 2º Vol.);
- A OAB e a Proposta de Emenda Constitucional (Emenda nº 11/84), OAB, 1984;
- Victor Nunes Leal (homenagem póstuma no STF), Revista de Direito Público, 77/21);
- A Crise Institucional Brasileira (painel com os Professores J.J. Calmon dos Passos e Celso Antonio Bandeira de Mello), OAB-RJ, 1984;
- Princípio da maioria absoluta (art. 75 CF). Eleições de Governadores e Prefeitos, parecer, Cadernos de Direito Constitucional e Eleitoral, v. 1/115;
- Inelegibilidade. Crime contra a administração pública. Prescrição retroativa, Cadernos de Direito Constitucional e Eleitoral, v. 1/115;
- Propaganda Eleitoral. Isonomia, parecer, Cadernos de Direito Constitucional e Eleitoral, v. 3/48;
- Pareceres do Procurador-Geral da República (1985/1987), Ministério da Justiça - DIN, Brasília, 1988, 601 pgs. *AN*



XIV
CONFERÊNCIAS E PALESTRAS

Contam-se, entre as conferências e palestras proferidas e as intervenções em painéis e seminários, as seguintes:

- **Liberdade e Direito de Asilo** (defesa de tese), VIII Conferência Nacional da OAB, Manaus, 18 a 22/05/1980;
- **Estado de Direito Democrático e Constituinte**, Chapecó, Encontro dos Advogados de Santa Catarina, agosto de 1980;
- **Anistia e democratização**. Centro Acadêmico Hugo Simas - Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, Curitiba, 1979;
- **Os Territórios na estrutura constitucional brasileira**, Boa Vista, Roraima, 1980;
- **Assembléia Constituinte ou Reforma Constitucional** (debate com o Deputado Bonifácio de Andrada), OAB/GO (Semana da Constituinte), 1982;
- **O Compromisso Político dos Advogados**, Congresso Nehemias Gueiros, OAB/RJ, Rio, 1983;
- **O Problema do ensino jurídico**, Centro Acadêmico Afonso Pena, Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983;
- **A Crise Institucional Brasileira** (painel com os Professores J.J. Calmon de Passos e Celso Antonio Bandeira de Mello,), OAB-RJ 1984;
- **A Soberania Nacional no Contexto Internacional**, presidência de painel do Congresso Nacional dos Advogados Pro-Constituinte, OAB, São Paulo, 02.08.1983;
- **O Advogado e a Defesa dos Direitos Sociais**, XII Encontro dos Advogados de Pernambuco, Recife, 11.11.1983;
- **A Advocacia na Conjuntura da Crise Institucional Brasileira**, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 16.03.1984;
- **O Ministério Público**, Escola Superior de Guerra, Rio, 30.05.1985;
- **Atualidades e perspectivas constitucionais do Ministério Público**, conferência inaugural da Escola Superior de Aperfeiçoamento do Ministério Público de Santa Catarina, Florianópolis, 17.06.1985;
- **A Nova República e suas relações com os empresários**, seminário do Encontro de Empresários, Fundação Dom Cabral (Universidade Católica de Minas Gerais), 11.07.1985;

NM

Comissão de Constituição e Justiça
MSF N.º 061 de 1989
Fis. nº 17
ASSINTE

- O Bacharel em Direito: formação e perspectivas profissionais, Universidade Gama Filho, Rio, 30.08.1985;
- O MP e a Criminalidade Econômica, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 06.09.1985;
- OAB, Sociedade Civil e Processo de Democratização, Reunião dos Presidentes da OAB, Maceió, 16.03.1984;
- A advocacia em tempo de crise, II Encontro dos Advogados do Estado de São Paulo, OAB/SP, 04.09.1984;
- Constituição e Constituinte, Escola Superior de Guerra, Rio, 09.06.1986;
- Constituinte e Poder Judiciário (painel com o Ministro Miguel Seabra Fagundes), Semana da constituinte, OAB/Paraíba, Campina Grande, 1986;
- A representação por inconstitucionalidade, Escola Superior de Advocacia da OAB/RS, Porto Alegre, abril de 1986;
- A democratização do Poder Judiciário, Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 06.04.1987;
- O controle de constitucionalidade das leis, Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, Rio, 24.07.1987;
- A Corte Constitucional no Brasil: avanço ou retrocesso, Ciclo de Estudos do Governo da Paraíba, João Pessoa, 1987;
- Perspectivas do controle de constitucionalidade no Brasil, Ciclo de Estudos da Secretaria de Justiça do Estado do Maranhão, São Luís, 21.11.1987;
- Inovações do sistema brasileiro de controle da constitucionalidade, Semana do Advogado, OAB-MG, Belo Horizonte, 11.08.1988;
- Em defesa do sistema misto de controle da constitucionalidade no Brasil, Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e Instituto dos Advogados do Paraná, Curitiba, 1988;
- O Ministério Público, II Forum Jurídico Brasileiro, Fundação Dom Cabral (Universidade Católica de Minas Gerais), Belo Horizonte, 20.09.1988;
- O Estado-membro na nova Constituição, Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, 18.11.1988;
- "A criminalidade econômica e financeira", palestra em seminário sobre o mercado de capitais para magistratura e membros do Ministério Público, patrocinados pela comissão Nacional das Bolsas de Valores-CNVB, Brasília, São paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, 1985/1987; *CS*



- Judiciário, Ministério Público e Advocacia, pa
nel, Semana da Constituição, OAB/PI, Terezina, 21.10.1988.

XV

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

- Representação do Brasil no "Convegno Internazio
nale" sobre "L'Avvocatura nel principali ordinamenti contempora -
nei", patrocinado pela "Avvocatura Generale dello Stato" da Repú -
blica Italiana, em Roma, maio de 1987,

- onde apresentou comunicação sobre Il "Sistema
Brasiliano del Controllo della Costituzione delle Leggi": una
Simbiosi Istituzionale da Preservare".

XVI

CONDECORAÇÕES

- Ordem de Rio Branco (Grã Cruz);
- Ordem do Mérito das Forças Armadas (Grande Ofi-
cial);
- Ordem do Mérito Aeronáutico (Grande Oficial);
- Medalha da Inconfidência (Grã Cruz);
- Ordem do Mérito de Brasília (Grã Cruz);
- Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (Grã
Cruz.

Estando plenamente satisfeitos os requisitos do
artigo 101 da Constituição, resta a arguição pública prevista no
item III do artigo 52, para consagrar a escolha do eminente juris-
ta, cuja indicação para o Pretório Excelso, envaidece, particular-
mente, o Distrito Federal, onde o Doutor José Paulo Sepúlveda Per-
tence iniciou sua brilhante carreira de advogado, notadamente na

Comissão	de	avaliação	de	trabalho
1958	Nº	062	de	1005
Fls. nº		49		
lv.				

Egrêgia Casa para onde foi indicado.

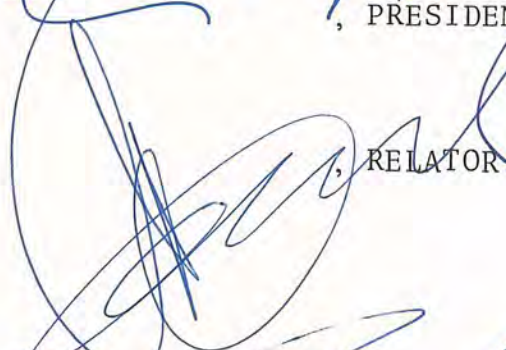
Pelo exposto, em face dos constitucionais fundamentos aqui expendidos, na esfera de competência desta Comissão, opinamos pela aprovação da Mensagem Presidencial, indicando o nome do Dr. José Paulo Sepúlveda Pertence.

SALA DAS SESSÕES, em 30 de março de 1989

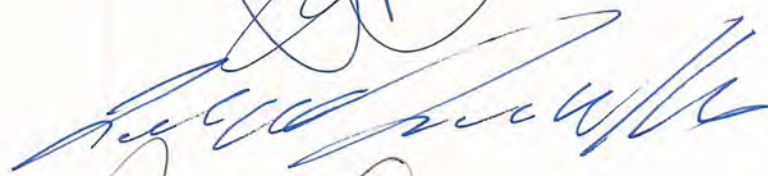
ALFREDO CAMPOS

 , PRESIDENTE.

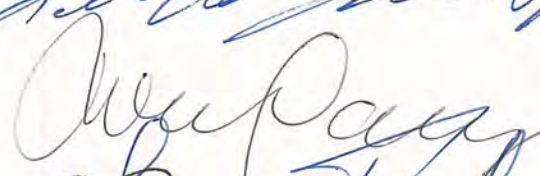
MAURÍCIO CORREA

 , RELATOR.

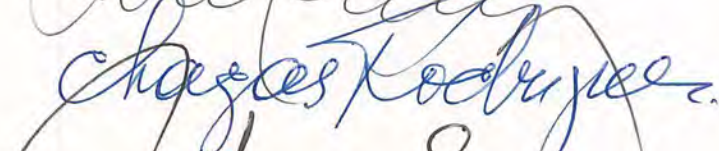
CID SABOIA DE CARVALHO



ROBERTO CAMPOS



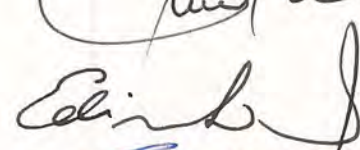
CHAGAS RODRIGUES



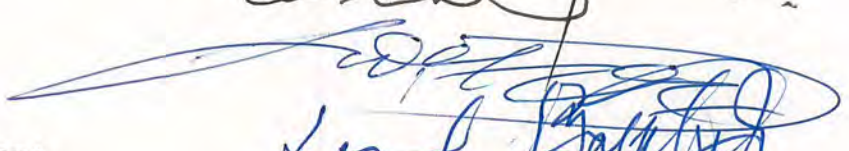
RONALDO ARAGÃO



EDISON LOBÃO



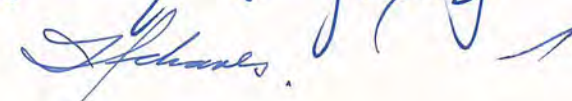
JOÃO MENEZES



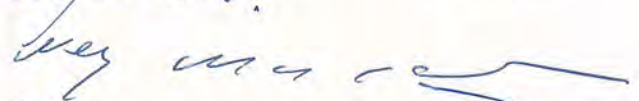
LOURIVAL BAPTISTA



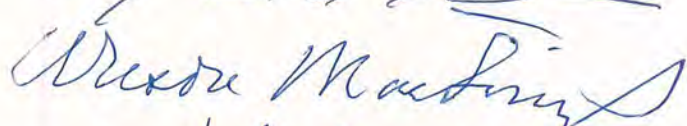
LEITE CHAVES



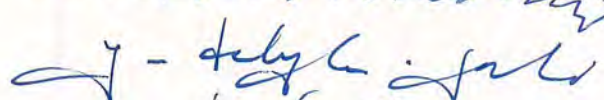
NEY MARANHÃO



WILSON MARTINS



JUTAHY MAGALHÃES



JOSÉ PAULO BISOL



Comissão de Constituição e Justiça	
MSR Nº	061
de 1989	
Fis. nº	2
14	

ATA DA REUNIÃO SECRETA
DA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reunião realizada em 15 de março de 1989.

Às 10:30 horas, na Sala de Reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador Alfredo Campos, presentes os Senhores Senadores Lourival Baptista, Roberto Campos, Ronaldo Aragão, José Paulo Bisol, Wilson Martins, Jutahy Magalhães, Ney Maranhão, Leite Chaves, Chagas Rodrigues, Maurício Correa, Fernando Henrique Cardoso, Cid Sabóia de Carvalho, João Menezes, Leopoldo Peres, Mauro Benevides, Raimundo Lyra, Nelson Wedekin e Edison Lobão,

reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Aluizio Bezerra e Marcos Maciel.

Inicialmente, o Senhor Presidente dá conhecimento aos Senhores Senadores da matéria constante da pauta e convida o Senhor Senador RONALDO ARAGÃO para atuar como Secretário, passando, a seguir, a palavra ao Senhor Senador MAURÍCIO CORREA, Relator da Mensagem nº 061, de 1989, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a indicação do Senhor Doutor JOSÉ PAULO SEPÚLVEDA PERTENCE, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Oscar Dias Correia.

Prosseguindo, o Senhor Presidente submete à discussão e apoio o Parecer, determinando, logo após, seja procedida a votação, em escrutínio secreto, pelo sistema de esferas, para o que convida para funcionar como escrutinador o Senhor Senador CID SABÓIA DE CARVALHO.

Concluída a votação, procede-se à contagem dos votos, apurando-se o seguinte resultado

VOTOS FAVORÁVEIS	<u>13</u>	(<u>treze</u>)
VOTOS CONTRÁRIOS	<u>01</u>	(<u>um</u>)
Votos em Branco	_____	(_____)
Votos Nulos	_____	(_____)
ABSTENÇÃO	_____	(_____)

Mecasso

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Senador RONALDO ARAGÃO, a presente ata, que, após lida e aprovada é assinada pelo Senhor Presidente e demais Membros presentes.

ALFREDO CAMPOS

Presidente

MAURICIO CORREA

Relator

JÃO MENEZES

CID SABÓIA DE CARVALHO

CHAGAS RODRIGUES

LEITE CHAVES

LOURIVAL BAPTISTA

RONALDO ARAGÃO

NEY MARANHÃO

JOSE PAULO BISOL

WILSON MARTINS

EDISON LOBÃO

JUTAHY MAGALHÃES

ROBERTO CAMPOS

22
mº Castro

PARECER Nº 23 de 1989

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião secreta realizada a 15/ 03/ 89, apreciando o Relatório apresentado pelo Senhor Senador MAURÍCIO CORREA sobre a Mensagem nº 061, de 19 89, do Senhor Presidente da República; opina pela aprovação da escolha do Senhor Doutor JOSÉ PAULO SEPÚLVEDA PERTENCE, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Oscar Dias Correia.

Brasília, 30 de março

de 1989

ALFREDO CAMPOS

Presidente.

MAURICIO CORREA

Relator.

CID SABÓIA DE CARVALHO

LEITE CHAVES

LOURIVAL BAPTISTA

CHAGAS RODRIGUES

RONALDO ARAGÃO

NEY MARANHÃO

JOSÉ PAULO BISOL

WILSON MARTINS

EDISON LOBÃO

JUTAHY MAGALHÃES

JOÃO MENEZES

ROBERTO CAMPOS

23
março



SENADO FEDERAL

03.05.89 14:30 HORAS 1.SESSAO 5.VOTACAO

VERIFICACAO DE VOTACAO

MENSAGEM NO. 61, DE 1989
ESCOLHA DE AUTORIDADE

Visto em 03/05/89
[Assinatura]
SENADOR POMPEU DE SOUZA
8.º SECRETÁRIO

SIM	50
ABSTENCAO	1
NAO	1
TOTAL	52

24
mplasho

SM/Nº 54

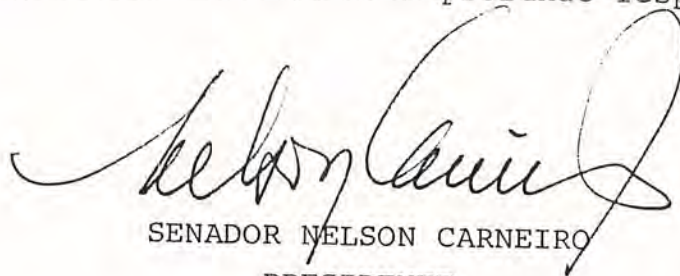
SENADO FEDERAL, EM 4 DE MAIO DE 1989

Excelentíssimo Senhor
Doutor JOSÉ SARNEY
Presidente da República Federativa do Brasil

Com referência à Mensagem nº 61, de 1989 (nº 105, de 1989, na Presidência da República), tenho a honra de participar a Vossa Excelência que o Senado Federal, em sessão realizada em 3 do corrente, aprovou a escolha do Doutor JOSÉ PAULO SEPÚLVEDA PERTENCE, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Oscar Dias Correia.

Presentes 52 Senhores Senadores, foram apurados 50 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.



SENADOR NELSON CARNEIRO
PRESIDENTE

MGS.

25
m. Costa

Mensagem nº 124, de 1989

MSF. 61/89

MENSAGEM Nº 262

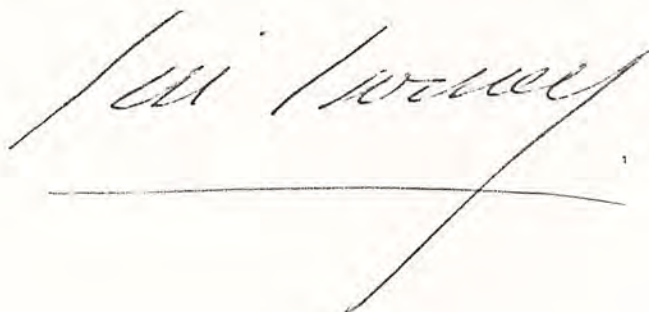
Junte-se ao processo.
Em 19.6.89



EXECELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL:

Tenho a honra de agradecer a Vossa Excelência as Mensagens SM nºs. 050, 051, 052, 053, 054, 065, 067, 068, 072, 081 e 082, de 1989, nas quais comunica a aprovação das matérias constantes das Mensagens da Presidência da República nºs 093/89, 094/89, 095/89, 096/89, 105/89, 195/86, 235/86, 213/89, 165/88, 188/89 e 189/89, respectivamente.

Brasília, em 16 de junho de 1989.



26
m. e. a. s. h. o

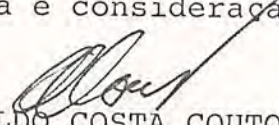
Aviso nº 307 - SAP

Em 16 de junho de 1989

Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário:

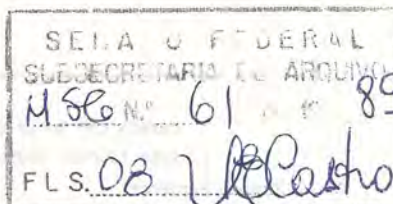
Tenho a honra de encaminhar a essa Secretaria a Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República agradece as de nºs SM nºs 050, 051, 052, 053, 054, 065, 067, 068, 072, 081 e 082, de 1989.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.


RONALDO COSTA COUTO
Ministro Chefe do Gabinete Civil

A Sua Excelência o Senhor
Senador MENDES CANALE
DD. Primeiro Secretário do Senado Federal
BRASÍLIA-DF.

07
maCosta



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

nº 61, de 1987

(Nº 105/89, na origem)

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO SENADO FEDERAL:

Nos termos do artigo 52, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à consideração do Senado Federal o nome do Doutor JOSÉ PAULO SEPÚLVEDA PERTENCE, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Oscar Dias Correia.

Os méritos do Senhor José Paulo Sepúlveda Pertence, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam do anexo "Curriculum Vitae".

Brasília, em 14 de março de 1989.

CURRICULUM VITAE

JOSÉ PAULO SEPÚLVEDA PERTENCE

I

DADOS PESSOAIS

Nascido em Sabará, Minas Gerais, em 21 de novembro de 1937;
filho de José Pertence (engenheiro) e Carmen Sepúlveda Pertence,
falecidos;

casado com Suely Castello Branco Pertence;
três filhos: Pedro Paulo, Evandro Luís e Eduardo José Castello
Branco Pertence.

II

CURSOS

Curso secundário (ginasial e clássico), no Colégio Estadual de Minas Gerais, de 1949 a 1955;

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1960.

Curso de mestrado, na Universidade de Brasília (obtidos os créditos e aprovado o plano da dissertação de mestrado, não a apresentou, em virtude da demissão).

III

MOVIMENTO ESTUDANTIL

Durante o curso secundário e o bacharelado, dedicou-se intensamente ao movimento estudantil, ocupando postos de representação e de direção em diversas entidades secundaristas e universitárias;

foi Primeiro Vice-Presidente da UNE - União Nacional dos Estudantes (1959/1960).

IV

PREMIAÇÃO UNIVERSITÁRIA

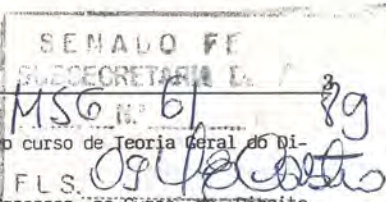
Laureado em 1960 com a Medalha Rio Branco, destinada ao melhor estudante de sua turma de bacharelado, além de diversos outros prêmios correspondentes a disciplinas específicas do curso.

V

DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

Foi instrutor e professor auxiliar, na Universidade de Brasília, da abertura dos cursos, em abril de 1962, até outubro de 1965, quando dispensado; reintegrado, em 1985, por força da anistia, está licenciado.

De 1962 a 1965, na Universidade de Brasília, participou, como auxiliar docente, dos cursos de *Introdução à Ciência do Direito*, dirigido pelo Professor Hermes Lima e A.L.Machado Neto; *Direito Constitucional*, de responsabilidade dos Professores Victor Nunes Leal e Waldir Pires e *Direito Penal*, sob a direção do professor Roberto Lyra Filho; quando dispensado, em



1965, ministrava, como responsável, o primeiro curso de Teoria Geral do Direito Público.

Em 1973, lecionou Teoria Geral do Processo, no Curso de Direito da UDF (Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal).

Em 1986, anistiado, foi reintegrado ao corpo docente da Universidade de Brasília, na posição de Professor Adjunto, estando licenciado.

VI

CONCURSOS

Aprovado e classificado em primeiro lugar, no concurso público para o Ministério Público do Distrito Federal, em setembro de 1963;

classificado em primeiro lugar, em 1969, nas provas escritas para Procurador Adjunto do Tribunal de Contas do Distrito Federal, dele desistiu. em razão de sua aposentadoria, fundada no Ato Institucional nº 5.

VII

CARGOS PÚBLICOS

Assistente Jurídico da Prefeitura do Distrito Federal (1961);

membro do Ministério Público do Distrito Federal, de 1963 a outubro de 1969, quando aposentado pela Junta Militar, com base no Ato Institucional nº 5 (anistiado, foi promovido, na inatividade, a Procurador de Justiça do Distrito Federal);

Secretário Jurídico no Supremo Tribunal Federal (gabinete do Ministro Evandro Lins e Silva), de 1965 a 1967.

VIII

ADVOCACIA

Após a prática como solicitador, no foro de Belo Horizonte (1959/1960),

iniciou a advocacia, em Brasília, em 1961 (com interrupção de 1963 a 1967);

em 1969, é fundada, com o Ministro Victor Nunes Leal, que então fora aposentado no Supremo Tribunal Federal, e os advogados Cláudio Lacombe, José Guilherme Villela e Pedro Gordilho, a Sociedade de Advogados Nunes Leal, em Brasília;

de 1969 a 1985, dedica-se integralmente à advocacia, não apenas em Brasília, mas também no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais, nos diversos escritórios fundados pelo Ministro Victor Nunes Leal.

IX

O.A.B.

Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção no Distrito Federal, de 1969 a 1975;

membro do Conselho Federal da OAB, delegado do Distrito Federal, de 1977 a 1985;

Vice-Presidente da OAB (Conselho Federal), de 1977 a 1981.

X

SITUAÇÃO ATUAL

É o Procurador-Geral da República, nomeado em 15 de março de 1985.

Exerce cumulativamente, nos termos da lei, as funções de Procurador-Geral Eleitoral e de membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

XI

COLABORAÇÃO À CONSTITUINTE

Membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (Comissão Afonso Arinos) e, nela, relator dos textos relativos ao Poder Judiciário e ao Ministério Público e integrante da comissão de sistematização final;

- na Assembleia Nacional Constituinte, como convidado, prestou depoimento na Subcomissão de Garantias da Constituição.

XII

BANCAS EXAMINADORAS

Compôs a banca examinadora, como representante da OAB, dos concursos públicos de provas e títulos para

- Juiz Federal dos Territórios (1974/1975);
- Juiz substituto do Distrito Federal (1978);
- Procurador da República (1978/1979);
- Juiz Federal, em 1982;
- Juiz Federal, em 1983/1984;
- presidiu, como Procurador-Geral, a Comissão Examinadora dos concursos para Procurador da República, realizados em 1986 e 1988.

XIII

TRABALHOS JURÍDICOS PUBLICADOS

Tem trabalhos publicados, entre os quais:

- Da Competência na Teoria do Ordenamento Jurídico (mimeo, UNE, 1965);
- Contribuição à Teoria do Distrito Federal (Doutrina e Jurisprudência, Rev. do TJDF, nº 2/17; e Rev. Forense, 224/365);

- Liberdade e Direito de Asilo (Anais da VIII Conferência Nacional da OAB);

- A OAB e a Anistia (Parecer da OAB, 1979, Em Anistia, Senado Federal, 1980, 2º Vol.);

- A OAB e a Proposta de Emenda Constitucional (Emenda nº 11/84), OAB, 1984;

- Victor Nunes Leal (homenagem póstuma no STF), Revista de Direito Público, 77/21);

- A Crise Institucional Brasileira (painel com os Professores J.J. Calmon dos Passos e Celso Antonio Bandeira de Mello), OAB-RJ, 1984;

- Princípio da maioria absoluta (art. 75 CF). Eleições de Governadores e Prefeitos, parecer, Cadernos de Direito Constitucional e Eleitoral, v. 1/115;

- Inelegibilidade. Crime contra a administração pública. Prescrição retroativa, Cadernos de Direito Constitucional e Eleitoral, v. 1/115;

- Propaganda Eleitoral. Isonomia, parecer, Cadernos de Direito Constitucional e Eleitoral, v. 3/48;

- Pareceres do Procurador-Geral da República (1985/1987), Ministério da Justiça - DIN, Brasília, 1988, 601 pgs.

XIV CONFERÊNCIAS E PALESTRAS

Contam-se, entre as conferências e palestras proferidas e as intervenções em painéis e seminários, as seguintes:

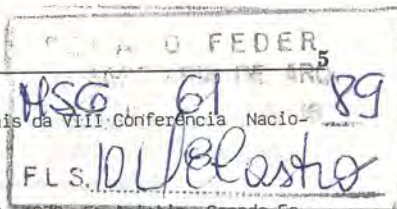
- Liberdade e Direito de Asilo (defesa de tese), VIII Conferência Nacional da OAB, Manaus, 18 a 22/05/1980;

- Estado de Direito Democrático e Constituinte, Chapecó, Encontro dos Advogados de Santa Catarina, agosto de 1980;

- Anistia e democratização. Centro Acadêmico Hugo Simas - Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, Curitiba, 1979;

- Os Territórios na estrutura constitucional brasileira, Boa Vista, Roraima, 1980;

- Assembléia Constituinte ou Reforma Constitucional (debate com o Deputado Bonifácio de Andrada), OAB/GO (Semana da Constituinte), 1982;



- O Compromisso Político dos Advogados, Congresso Nehemias Gueiros, OAB/RJ, Rio, 1983;
- O Problema do ensino jurídico, Centro Acadêmico Afonso Pena, Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983;
- A Crise Institucional Brasileira (painel com os Professores J.J. Calmon de Passos e Celso Antonio Bandeira de Mello,), OAB-RJ 1984;
- A Soberania Nacional no Contexto Internacional, presidência de painel do Congresso Nacional dos Advogados Pro-Constituinte, OAB, São Paulo, 02.08.1983;
- O Advogado e a Defesa dos Direitos Sociais, XII Encontro dos Advogados de Pernambuco, Recife, 11.11.1983;
- A Advocacia na Conjuntura da Crise Institucional Brasileira, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 16.03.1984;
- O Ministério Público, Escola Superior de Guerra, Rio, 30.05.1985;
- Atualidades e perspectivas constitucionais do Ministério Público, conferência inaugural da Escola Superior de Aperfeiçoamento do Ministério Público de Santa Catarina, Florianópolis, 17.06.1985;
- A Nova República e suas relações com os empresários, seminário do Encontro de Empresários, Fundação Dom Cabral (Universidade Católica de Minas Gerais), 11.07.1985;
- O Bacharel em Direito: formação e perspectivas profissionais, Universidade Gama Filho, Rio, 30.08.1985;
- O MP e a Criminalidade Econômica, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 06.09.1985;
- OAB, Sociedade Civil e Processo de Democratização, Reunião dos Presidentes da OAB, Maceió, 16.03.1984;
- A advocacia em tempo de crise, II Encontro dos Advogados do Estado de São Paulo, OAB/SP, 04.09.1984;
- Constituição e Constituinte, Escola Superior de Guerra, Rio, 09.06.1986;
- Constituinte e Poder Judiciário (painel com o Ministro Miguel Seabra Fagundes), Semana da constituinte, OAB/Paraíba, Campina Grande, 1986;
- A representação por inconstitucionalidade, Escola Superior de Advocacia da OAB/RS, Porto Alegre, abril de 1986;
- A democratização do Poder Judiciário, Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 06.04.1987;
- O controle de constitucionalidade das leis, Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, Rio, 24.07.1987;
- A Corte Constitucional no Brasil: avanço ou retrocesso, Ciclo de Estudos do Governo da Paraíba, João Pessoa, 1987;

SEIA 6 141
SLECEORP 141
MSC 61 89
Constitucionalidade no Brasil, Ci
FIS 141 141
Estado do Maranhão, São Luís

- xv

- Representação do Brasil no "Convegno Internazionale" sobre "L'Avvocatura nei principali ordinamenti contemporanei", patrocinado pela "Avvocatura Generale dello Stato" da Repubblica Italiana, em Roma, maio de 1987.

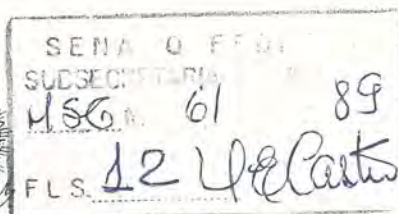
- XVI

- Ordem de Rio Branco (Grã Cruz);
- Ordem do Mérito das Forças armadas (Grande Oficial);
- Ordem do Mérito Aeronáutico (Grande Oficial;

- Medalha da Inconfidência (Grã Cruz);
- Ordem do Mérito de Brasília (Grã Cruz);
- Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (Grã Cruz)

J. H. S. S.

BRASILIA, FEVEREIRO/1989.



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 23, DE 1989

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião secreta realizada a 15-3-89, apreciando o Relatório apresentado pelo Senhor Senador Maurício Correa sobre a Mensagem nº 061, de 1989, do Senhor Presidente da República; opina pela aprovação da escolha do Senhor Doutor José Paulo Sepúlveda Pertence, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Oscar Dias Correia.

Sala das Comissões, 30 de março de 1989. — **Alfredo Campos**, Presidente — **Maurício Correa**, Relator — **Cid Sabóia de Carvalho** — **Leite Chaves** — **Lourival Baptista** — **Chagas Rodrigues** — **Ronaldo Aragão** — **Ney Maranhão** — **Wilson Martins** — **Edison Lobão** — **Jutahy Magalhães** — **João Menezes** — **Roberto Campos**.



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE ARQUIVO

TERMO DE ARQUIVAMENTO

da Mensagem nº 61/89.

Contém este processo 12 folhas numeradas e rubricadas nos termos do art. 12, alínea —, do Regulamento, estando o mesmo com a tramitação concluída.

Subsecretaria de Arquivo, 27 de setembro de 1989.

Clair Ouzéins Soares de
Bibliotecária - Cartão.

Está classificado e fichado. Encaminho-o ao funcionário informante.

Subsecretaria de Arquivo, 02 de Outubro de 1989.

Regina Saraiva de Aguiar
Arquivologista

Confere. Submeto o presente processo à consideração do Sr. Diretor, com as fichas inclusas, devidamente datilografadas.

Subsecretaria de Arquivo, 16 de outubro de 1989.

Waldinar Araújo Oliveira

Waldinar Araújo Oliveira
Chefe da Seção de Arquivo de Proposições

Arquive-se.

Em 16/10/1989

Lauro J. L.
DIRETOR

Branca Borges Goês
Diretora da Subsecretaria do Arquivo

